

A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE MATEMÁTICA DE ITAIPULÂNDIA (PR) DE 1961 AO INÍCIO DA DÉCADA DE 1990

Jean Sebastian Toillier¹

*Colégio Estadual Costa e Silva (Itaipulândia-PR);
Colégio Franciscano Nossa Senhora de Fátima (São Miguel do Iguçu-PR)
jeant3000@yahoo.com.br*

Resumo:

No presente texto tratamos sobre a formação do professor de Matemática que atuou em Itaipulândia (PR) de 1961 ao início da década de 1990, ou seja, de quando foi colonizada até a sua emancipação junto à São Miguel do Iguçu em 1993, passando pela formação do Lago de Itaipu em 1982, que acarretou na inundação de mais de 50% de seu território. Assim, utilizando a História Oral e os passos utilizados pelas pesquisas do GHOEM, fazemos alguns apontamentos sobre as opções de formação encontradas pelos professores entrevistados, ressaltando alguns pontos como a falta de professores, a busca por uma formação em locais distantes de Itaipulândia, os tipos de cursos buscados, como os realizados em período de férias e em “finais de semana”, entre outros.

Palavras-chave: História Oral; Itaipulândia, História da Educação Matemática.

1. Os pontos de partida: conhecendo Itaipulândia e a História Oral

Para descrevermos sobre a formação do professor de Matemática que atuou em Itaipulândia precisamos conhecer mais sobre o local de estudo e como desenvolvemos a nossa pesquisa², fazendo alguns apontamentos metodológicos da realização desse trabalho.

Itaipulândia é um pequeno município localizado na região Oeste do Paraná, na fronteira com o Paraguai, distante 85 quilômetros de Foz do Iguçu e 620 quilômetros de Curitiba. Conforme explicaremos, atualmente Itaipulândia é bem-estruturada, recebendo uma boa quantidade de dinheiro todo mês³, mas que já passou por tempos de dificuldades.

¹ Mestre em Educação Matemática junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática (PPGEM) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Rio Claro.

² O presente texto é decorrente da pesquisa de mestrado intitulada “A formação do professor (de Matemática) em terras paranaenses inundadas”, defendida no início de 2013, junto ao PPGEM da UNESP, campus de Rio Claro, com orientação da professora Ivete Maria Baraldi. A pesquisa faz parte do projeto maior do Grupo de História Oral e Educação Matemática (GHOEM) que visa conhecer a formação e a atuação do professor de Matemática nas distintas regiões brasileiras.

³ Essa boa quantidade de dinheiro trata-se dos royalties pagos mensalmente pela Itaipu e que, atualmente, estão em mais de 600 mil dólares por mês, muito para um município que não tem 10 mil habitantes.

Em 1961, quando ainda pertencia ao município de São Miguel do Iguçu, o território de Itaipulândia passou a ser colonizado, seguindo o estilo de praticamente toda a região Oeste do Paraná⁴: famílias de origem europeia, principalmente alemã e italiana, oriundas do Rio Grande do Sul ou de Santa Catarina, que vinham na busca de uma nova oportunidade, atraídas pela boa qualidade do solo, sendo que a agricultura era a sua principal fonte de renda.

Com a chegada de várias famílias, foram formadas algumas localidades que inicialmente contavam com uma estrutura muito precária: algumas estradas de terra ligando as propriedades, um pequeno ponto de comércio, uma capela e uma escola. Destacamos Itacorá, Aparecidinha do Oeste e São José do Itavó como as principais localidades que surgiram em Itaipulândia no início da década de 1960. Nelas a agricultura era a principal fonte de sustento e de renda (SCARPATO; BÖHM, 2006): produzia-se para o próprio consumo ou para tratar os poucos animais e o restante era comercializado gerando alguns lucros ou funcionava como matéria de troca por outros produtos.

Com o passar dos anos, Itacorá se destacou em relação às demais localidades, sendo elevada a categoria de distrito de São Miguel do Iguçu. O seu desenvolvimento se deu em virtude da proximidade com a rodovia 317, que ligava Foz do Iguçu à Guaíra. Assim, chegavam muitos viajantes e que viam ali a oportunidade de se estabelecerem. Dessa forma começou a ser formada uma estrutura básica, mesmo que ainda muito precária, contando com hospital, agência bancária, agência dos Correios, farmácia, escolas, batalhão do Exército, hotel, além de diversos tipos de comércios e estradas com melhor qualidade.

São José do Itavó também se desenvolveu, uma vez que era próxima de Itacorá. Porém, sua economia era voltada principalmente para a agricultura, sendo que as lavouras de algodão e hortelã atraíam muitas pessoas da região Norte do Paraná e de outros estados ao norte do Paraná. Assim como Itacorá, teve um grande aumento populacional, se comparado com os níveis da região, porém a população era mais humilde e trabalhava diariamente nas lavouras (SCARPATO; BÖHM, 2006).

O mesmo desenvolvimento populacional e estrutural não ocorreu em Aparecidinha do Oeste, pois ela era afastada de Itacorá e da sede do município de São Miguel do Iguçu.

⁴ A colonização de Itaipulândia foi tardia em relação a outros locais da região Oeste do Paraná, uma vez que se tratava de um local mais afastado dos principais centros populacionais que foram formados.

A sua economia continuou sendo mantida pela agricultura, havia poucas estruturas comerciais e existia apenas uma escola com as primeiras séries de primeiro grau⁵.

Porém, essa situação começou a mudar a partir de meados da década de 1970 com o anúncio e o início da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu em Foz do Iguaçu, no leito do rio Paraná. Essa hidrelétrica construída em conjunto por Brasil e Paraguai no rio que delimitava a fronteira entre os dois países, mudou completamente a região Oeste do Paraná e Itaipulândia foi um dos municípios que mais sofreu com a realização da obra.

Um dos primeiros efeitos da realização da obra de Itaipu foi o aumento populacional de Foz do Iguaçu que, em uma década, passou de 35 mil habitantes para, aproximadamente, 135 mil. O restante da região sofreu o efeito contrário: o esvaziamento.

Graças à obra, o rio Paraná entre Foz do Iguaçu e Mundo Novo (MS) teve o seu leito modificado, formando o Lago de Itaipu. O anúncio desse impacto em 1975 fez com que a população dos municípios atingidos⁶ migrasse para outras regiões nos anos seguintes. Esse processo de mudança era acompanhado pela Itaipu que deveria fazer o pagamento de uma indenização referente à propriedade e de suas benfeitorias. Contudo a Itaipu não estava muito aberta a negociações sobre o preço justo a ser pago de indenização, ou seja, pela propriedade em sua totalidade (terra, edificações e se existiam estradas ou eletricidade na propriedade). Apenas um ano antes do término da obra que a Itaipu aceitou pagar um preço mais próximo do que era considerado justo aos desapropriados. Dessa forma, 6.263 propriedades foram afetadas pelo Lago de Itaipu e 42.444 pessoas tiveram que procurar outra residência, deslocando-se principalmente para outros municípios do Paraná, Mato Grosso e Rondônia (GERMANI, 2003; MAZZAROLLO, 2003).

Itaipulândia também sofreu com a formação do Lago de Itaipu, uma vez que várias localidades que encontravam-se próximas ao rio Paraná foram inundadas, inclusive Itacorá, que perdeu toda a estrutura obtida. Foi preciso deixar tudo para trás e recomeçar em outro lugar. Estima-se que mais de 10 mil moradores que foram desapropriados somente em Itacorá (SCARPATO; BÖHM, 2006).

⁵ A Lei 5692/71, de 11 de agosto de 1971, dividiu o ensino em dois níveis distintos: primeiro grau (as oito primeiras séries da escolarização) e segundo grau (as três séries finais com uma formação técnica-profissionalizante).

⁶ Os seguintes municípios existentes à época foram afetados: Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon, Terra Roxa e Guaíra. Após a formação do Lago de Itaipu, em 1982, outros municípios foram criados e passaram a ter parte de seu território submerso pelas águas do reservatório.

Em São José do Itavó a formação do Lago de Itaipu atingiu algumas terras produtivas, mas não chegou a afetar o núcleo populacional. Porém, os impactos começaram a surgir anos mais tarde, uma vez que o então distrito⁷ ficou isolado, distante 45 quilômetros da sede do município de São Miguel do Iguaçu e sem nenhuma ligação com outros municípios. Além disso, as lavouras de algodão e hortelã entraram em crise, uma vez que com a mecanização da agricultura era mais rentável o plantio de soja, milho ou trigo. Isso fez com que boa parte da população ficasse desempregada e migrasse para outros locais ou permaneceram, mas com condições precárias de sobrevivência, o que deixou marcas até os dias atuais em São José do Itavó.

A única das três localidades que não sofreu negativamente com a formação do Lago de Itaipu foi Aparecidinha do Oeste. Por ter uma quantidade baixíssima de terras atingidas pelo reservatório, os moradores dessa localidade trouxeram de Itacorá toda a estrutura que havia sido instalada para que trocasse de lugar. Além disso, a partir de 1978 a Escola Municipal Carlos Gomes passou a ter o início das atividades das séries finais do ensino de primeiro grau de forma gradativa – em 1978 apenas a quinta série, em 1979 começava também a sexta série e assim sucessivamente – uma vez que o único lugar que havia esse nível de ensino completo era Itacorá⁸.

Aparecidinha do Oeste deixou de ser o distrito com menos condições e passou por um crescimento populacional, uma vez que recebeu alguns moradores de Itacorá. O isolamento ainda era uma marca, mas a partir daquele momento havia a estrutura mínima necessária para que a população não precisasse se deslocar para a sede do município de São Miguel do Iguaçu, distante 35 quilômetros. Isso fez com que São José do Itavó ficasse em segundo plano e a cada ano a população desse distrito diminuía.

Assim, a partir de 13 de outubro de 1982, com a abertura das comportas do canal de Itaipu, a paisagem mudou definitivamente na região Oeste do Paraná. 1113,32 quilômetros quadrados foram comprometidos⁹ com a formação do Lago de Itaipu, o que era equivalente a 13,9% da área dos municípios atingidos. Propriedades, localidades inteiras, estradas e até mesmo as famosas Sete Quedas localizadas em Guaíra, deixaram de existir.

⁷ Assim como Aparecidinha do Oeste, São José do Itavó foi elevado à categoria de distrito de São Miguel do Iguaçu em 29 de dezembro de 1980, uma vez que era eminente a inundação de Itacorá.

⁸ Pelos mesmos motivos expostos a Escola Municipal Rondônia, de São José do Itavó, passou a ter o ensino de primeiro grau completo inserido gradativamente a partir de 1978.

⁹ Por comprometidos entendem-se as regiões alagadas e que são nas encostas do Lago, sendo áreas de reflorestamento e inativas para a agricultura.

Ao longo da década de 1980, Aparecidinha do Oeste passou por inúmeras dificuldades em virtude do isolamento. Mesmo pertencendo à São Miguel do Iguaçu, o distrito tinha mais contato com Missal, o município vizinho. Esse foi um dos principais motivos para que fosse pleiteada a emancipação política e administrativa de Aparecidinha do Oeste junto à São Miguel do Iguaçu.

Após alguns anos de discussão sobre a necessidade de emancipação e as divisas do novo município, em 1993 Aparecidinha do Oeste conseguiu a emancipação. O novo município surgia com o nome de Itaipulândia, em homenagem à Usina e ao Lago que tanto influenciou local. Seu território abrangia o distrito de São José do Itavó e outras pequenas localidades, assim como a submersa Itacorá. Assim, dos 327,728 km², 179,73 km² são comprometidos pelo Lago de Itaipu.

Itaipulândia passou a ser o terceiro município com mais terras comprometidas pelo Lago do Itaipu. Para haver uma compensação financeira sobre essa terra “perdida”, todos os municípios atingidos recebem os *royalties* da Itaipu. Dessa forma, Itaipulândia recebe atualmente algo em torno de 690 mil dólares mensais, mas o valor já passou de 1 milhão de dólares no final da década de 1990, momento no qual o real estava muito desvalorizado em relação a essa moeda estrangeira. Assim, Itaipulândia sempre recebeu muito dinheiro, principalmente se pensarmos na sua população que nunca ultrapassou os 10 mil habitantes.

Os *royalties* possibilitaram vários investimentos em todos os setores: saúde, transporte (pavimentação ou asfalto em todas as estradas, o que antes era muito raro), agrícola (que continua sendo a base da economia), industrial, turismo (o Lago de Itaipu virou um atrativo com a formação de uma praia artificial) e, principalmente, educação.

Desde a emancipação de Itaipulândia, a educação recebeu uma atenção muito grande, com a melhoria da estrutura física das escolas municipais e estaduais, a chegada de profissionais das diversas áreas, fazendo com que a educação mudasse de panorama. Começou há existir um incentivo muito grande para que o itaipulandiense busque completar os seus estudos em nível superior, com o pagamento de auxílio financeiro para estudantes de universidades públicas¹⁰, o subsídio estudantil para os alunos de faculdades particulares¹¹ e um desconto de praticamente 75% no valor do transporte para as

¹⁰ Algo em torno de meio salário mínimo pago mensalmente para quem viaja diariamente para os locais de formação e praticamente um salário mínimo para estudantes que precisam se mudar para outra cidade para realizar os seus estudos.

¹¹ Trata-se do pagamento da metade da mensalidade ou de até 360 reais para quem frequenta um curso com mensalidade acima de 720 reais.

faculdades dos municípios vizinhos. Por fim, o processo de formação continuada do professor da rede municipal é intenso, com muitos incentivos.

Assim, a educação mudou de patamar ao longo dos anos: da pobreza e dificuldade à fartura e facilidade de obtenção de recursos¹². É nesse cenário que buscamos entender como ocorreu a formação do professor de Matemática que lecionou em Itaipulândia desde a sua colonização até o início da década de 1990 quando passou a existir o município. Assim, constituímos a nossa pesquisa entrevistando aqueles que viveram esse processo (ou parte dele): os professores, utilizando a História Oral como metodologia de pesquisa.

Aplicamos essa metodologia seguindo os pressupostos do Grupo de História Oral e Educação Matemática (GHOEM). Dessa forma, entendemos que esse método de pesquisa

[...] permite ressaltar, tornando mais dinâmicos e vivos, elementos que seriam inacessíveis; a evidência oral permite compreender, corrigir ou complementar outras formas de registro (quando existem); e a evidência oral traz consigo a possibilidade de transformar 'objetos' de estudos em "sujeitos", ao evitar que, como na "historiografia clássica", os atores da História sejam compreendidos à distância e (re)elaborados em uma "forma erudita de ficção" (GARNICA, 2007, p.29).

Compreendemos que a História Oral é uma metodologia que possibilita uma aproximação com o objeto de estudo de tal forma que seja possível encontrar até mesmo mais informações do que em alguns documentos oficiais e outros tipos de registros. A evidência oral nos dá pistas para seguirmos na nossa busca não sobre uma verdade, mas relativa a uma versão de como ocorreu a formação do professor de Matemática.

Até elaborarmos a nossa versão passamos por vários procedimentos metodológicos (GARNICA; SILVA; FERNANDES, 2010): a elaboração de um roteiro de entrevistas que servirá como uma base para a realização da entrevista e não funcionando como um esquema de "perguntas e respostas"; a escolha e contato com os entrevistados que se encaixem com a temática do trabalho; a realização das entrevistas, sendo que, no nosso caso, elas tiveram o seu áudio gravado; a transcrição das falas; a textualização que consiste em um momento em que o texto é reordenado de forma a dar mais sentido as informações que são ditas; e a cessão dos direitos da entrevista por meio da autorização feita por parte do depoente-colaborador. Assim, constituímos uma fonte documental, pautada na oralidade e, a partir dela que constituímos a nossa versão, por meio de uma análise de convergências.

¹² Essa é uma visão não apenas do presente pesquisador, mas de praticamente todos os entrevistados ou de pessoas que viviam antes e depois da emancipação de Itaipulândia.

Conforme Martins-Salandim (2012, p. 62), na análise de convergências atentamos para os “[...] elementos que se mostravam mais insistentemente numa série de fontes ou elementos que, nesse mesmo conjunto, se mostravam claramente divergentes; ou seja, uma análise que só pode ser conduzida a partir de um cotejamento entre fontes [...]”. Assim, não nos pautamos apenas nas fontes orais, mas em várias outras formas de registros: documentos oficiais, fontes bibliográficas e fotografias. Dessa forma, os registros orais foram disparadores de perspectivas e por meio deles elaboramos as categorias de análise.

A primeira categoria que tomamos para o nosso trabalho tratava sobre a história da educação de Itaipulândia, algo que ficou evidente em todas as entrevistas, pois os depoentes-colaboradores lecionaram em períodos diferentes e nas escolas das três localidades que ressaltamos ao longo do texto.

A outra categoria tratava sobre a formação do professor de Matemática ou de outra disciplina, uma vez que dos oito entrevistados, dois não lecionaram Matemática, mas foram pessoas que contribuíram para o desenvolvimento da educação em Itaipulândia. Porém, demos ênfase à formação matemática em nossas análises, focando para os locais de formação e o formato dos cursos frequentados.

Dessa forma, na sequência do texto, trataremos sobre esse segundo item da nossa análise: a formação do professor de Matemática que atuou em Itaipulândia, mostrando uma parte de nossos resultados.

2. A formação do professor de Matemática que atuou de 1961 ao início da década de 1990 em Itaipulândia (PR)

Durante toda a década de 1960 existia somente o ensino primário em Itaipulândia e seus professores eram os filhos dos colonos (gaúchos e catarinenses que haviam se mudado para a região para trabalhar com a agricultura) que tivessem estudado por mais tempo. Dessa forma, os primeiros professores de Itaipulândia possuíam apenas a aprovação no Exame de Admissão¹³ ou menos ainda, por exemplo, a conclusão de uma série para lecionar para a anterior.

¹³ O Exame de Admissão ao Ginásio foi estabelecido por meio do Decreto 19.890, de 18 de abril de 1931. Nesse período, o ensino era dividido em ensino primário e secundário. O ensino primário era um ciclo de quatro séries. Após o aluno concluir esse primeiro nível, ele realizava o Exame de Admissão no curso secundário, o qual era dividido em: um ciclo chamado de “secundário fundamental” com cinco anos de duração, seguido de um ciclo de dois anos, chamado de “curso complementar”, subdividido em três

Apenas a partir de 1971 com a abertura de uma extensão do Colégio Franciscano Nossa Senhora de Fátima em Itacorá é que o ensino ginásial¹⁴ começou a ser ministrado. Para isso foi necessária à chegada de profissionais do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, porém eles não possuíam a formação exigida por lei para lecionar, ou seja, ter um curso superior de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Derseu de Paula formou-se em curso técnico em contabilidade e estava de passagem por Itacorá, mas decidiu ficar em vista que não havia nenhum profissional de sua área e era algo que faltava na região. Já Guido Miranda também procurava por uma nova oportunidade após ter realizado os seus estudos em um curso científico de um seminário em Criciúma (SC), ou seja, possuía uma formação de mesmo nível que Derseu de Paula. Os dois foram convidados a serem os primeiros professores do Colégio Nossa Senhora de Fátima, sendo que Guido Miranda era quem lecionava Matemática, uma vez que sua formação no seminário era mais forte em ciências exatas.

Esses dois primeiros professores começaram a mostrar um perfil de quem lecionaria em Itaipulândia: aquele que vem de outro lugar, principalmente do Rio Grande do Sul ou de Santa Catarina, e sem uma formação mínima ou adequada para lecionar, uma vez que havia uma carência acentuada de profissionais dessa área.

Guido Miranda permaneceu por mais de uma década lecionando em Itacorá, Aparecidinha do Oeste e em Missal. Em todo tempo que lecionou trabalhava com Derseu de Paula ou em seu próprio escritório de contabilidade. E foi nessa área que buscou formação e ainda assim continuava lecionando, até mesmo para o curso de técnicas comerciais que havia em Missal. Já Derseu de Paula decidiu continuar sua carreira de contador em Foz do Iguaçu e deixou de lecionar em Itacorá em meados da década de 1970, sendo um dos primeiros desapropriados pela Itaipu, por se tratar de uma liderança política, algo que é afirmado por ele em sua entrevista.

A formação na área de contabilidade sempre foi atrativa para os estudantes da região, uma vez que a economia local estava em expansão e esse era um campo de trabalho

especialidades: Engenharia e Agronomia; Medicina, Odontologia, Farmácia Veterinária; e Direito. Mesmo com algumas modificações nas divisões do ensino, o Exame de Admissão permaneceu até 1971 quando houve o advento da Lei 5.692/71.

¹⁴ Segundo a Lei 4024/61, que estabelecia as Diretrizes e Bases da Educação Nacional desse período, o ensino primário abrangia as quatro primeiras séries, sendo antes do ensino ginásial. Comparado aos dias atuais, seria equivalente aos primeiros anos do ensino fundamental. Já o ensino ginásial abrangia as quatro séries após o ensino primário. Essa lei continuou em vigor até 1971, com a aprovação da Lei 5692/71 que extinguiu o ensino ginásial e primário, transformando-o em ensino de primeiro grau, com as oito primeiras séries.

que demandava muitos profissionais, principalmente por causa da precária tecnologia da época se comparada aos dias atuais. Assim, João Kazmirczak e José Griebeler buscaram uma formação que pudesse inseri-los nesse campo de trabalho. Porém, com esse estudo outras portas foram abertas.

João Kazmirczak foi aluno de Guido Miranda e Derseu de Paula na primeira turma do Colégio Nossa Senhora de Fátima. Após terminar o ensino ginásial, foi para Medianeira e depois para Missal buscar formação em um curso técnico. No final da década de 1970 concluiu o curso técnico em contabilidade e logo em seguida foi convidado a lecionar na Escola Municipal Carlos Gomes de Aparecidinha do Oeste. Na sequência assumiu a direção da escola, mas chegou a lecionar Matemática, mas sua formação e a rápida inserção no quadro dos professores de uma escola demonstra a falta de profissionais do ensino para atuar em Itaipulândia. Além disso, ele foi o responsável por fechar o Colégio Franciscano Nossa Senhora de Fátima em 1981, um ano antes da inundação de Itacorá. Após isso, não trabalhou mais com ensino.

José Griebeler se mudou para Aparecidinha do Oeste em 1973 e logo começou a lecionar, pois não existiam professores com a formação ginásial completa, como era o seu caso. Na metade final da década de 1970, José buscou sua formação em um curso técnico em contabilidade em Medianeira, município vizinho à Itaipulândia. Logo que terminou seu estudo tornou-se o professor de Matemática da Escola Municipal Carlos Gomes. Porém, diferentemente dos professores citados até o momento resolveu prosseguir sua carreira no ensino de Matemática e iniciou sua formação em nível superior na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí (RS), em 1980.

José foi um dos primeiros moradores de Itaipulândia a buscar o ensino superior e a sua escolha por um curso em um local tão distante de Itaipulândia (553 quilômetros) se deu em virtude do formato da graduação em Licenciatura Curta em Ciências e Matemática, pois se tratava de um curso realizado apenas nos períodos de férias, ou seja, início do ano (janeiro e fevereiro), metade do ano (férias de junho/julho) e no final do ano (dezembro). Além disso, eram poucas as opções de ensino superior na região e quando existiam eram pouco frequentadas pelos professores itaipulandienses devido à péssima condição das estradas.

A licenciatura em período de férias existia em na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí desde 1973, quando houve a autorização do início desse curso

(DOCUMENTA, 1979). Tratava-se de uma política emergencial para a formação de professores, uma vez que era levada em conta a necessidade da região da faculdade. Assim, já havia a tentativa da abertura desse tipo de curso desde 1970 (DOCUMENTA, 1970), porém ele não foi aceito, devido ao seu formato¹⁵. O curso que José frequentou a partir de 1980 tinha a mesma carga horária e as mesmas disciplinas de uma licenciatura curta em ciência em regime presencial “normal”, ou seja, diariamente.

Esse formato de licenciatura ajudava a preencher a lacuna deixada desde a criação da Lei 5.692/71 que determinava que o professor das séries finais do ensino de primeiro grau e o de segundo grau precisava ter a formação em nível superior realizada em uma faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Outro tipo de formação que foi ganhando forma em decorrência da Lei 5.692/71 foram as licenciaturas curtas. Desde meados da década de 1960 já havia alguns projetos de funcionamento desse tipo de licenciatura, porém apenas em 1973 elas começaram a ter os moldes do curso que José frequentou.

Com a Indicação do Conselho Federal de Educação (CFE) 23/73 e Resolução CFE 30/74 houve a criação dos grandes campos ou áreas de estudo. Assim, surgia o grande campo de Ciências, no qual estavam inseridas as habilitações em Física, Química, Biologia e Matemática (CURI, 2000). Com isso, formava-se o professor polivalente do primeiro grau, apto para lecionar Ciências e Matemática e que poderia lecionar no segundo grau a partir da realização de uma das habilitações citadas acima. Dessa forma, primeiro era necessário fazer um curso com 1800 horas e, caso desejasse uma habilitação, cursava-se pelo menos mais 1000 horas.

Para o professor estar em conformidade com a Lei 5.692/71 era necessário fazer apenas uma licenciatura de curta duração. Essa foi a grande oportunidade vista pelos professores de Itaipulândia de buscar a complementação de seu estudo, uma vez que era necessário obter a formação o mais rápido possível, antes que aparecesse algum professor licenciado e que conseguisse as aulas.

Porém, a grande dificuldade do professor itaipulandiense se deu em virtude da distância para buscar uma formação, uma vez que não havia licenciaturas na região. Assim,

¹⁵ Em nossa pesquisa encontramos outro local na região Noroeste do Rio Grande do Sul que oferecia uma licenciatura de curta duração em Ciências realizada nos períodos de férias em Passo Fundo, na Universidade de Passo Fundo, porém ela não foi buscada pelos professores de Itaipulândia. Para mais informações veja Toillier (2013).

José procurou em Ijuí realizar o seu estudo, pois mesmo sendo muito distante tinha um formato que agradava, de forma que era possível que ele ainda continuasse trabalhando (o que era uma obrigação, conforme a resolução de criação do curso). Contudo, José suportou realizar esse curso por apenas dois anos em Ijuí¹⁶, uma vez que apareceu a opção de continuar seus estudos no Paraná, na cidade de Umuarama.

Umuarama esta localizada a 267 quilômetros de Itaipulândia, ou seja, praticamente da metade da distância de Ijuí. Assim, ao ter conhecimento sobre esse curso José o procurou e pediu transferência. Novamente ele era atraído pelo formato do curso: uma licenciatura curta em Ciências realizada em todas as semanas do ano letivo, só que apenas nas sextas à noite e durante todo o sábado (manhã e tarde). Esse formato de licenciatura é caracterizado como um “curso vago” ou “curso de final de semana”, ou seja, quando não há uma frequência do curso em sua totalidade, mas apenas em alguns dias específicos.

Essa política não foi reconhecida por lei, sendo uma forma das faculdades particulares conseguirem atrair alunos de locais muito distantes, como foi o caso de José e de Oneide Patrício, ambos de Itaipulândia, mas que frequentaram “cursos vagos” em Umuarama, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do município.

Os dois professores citados acima, frequentaram os seus cursos até meados da década de 1980, conseguindo a formação mínima para lecionar. José ainda realizou um curso chamado Esquema II, que lhe habilitava em disciplinas dos cursos técnicos em contabilidade e comércio, uma vez que ele já havia realizado a formação em um curso desse tipo¹⁷. Porém, era necessário que ele tivesse uma formação pedagógica e até mesmo aprofundasse na parte específica de sua formação. Assim, ele precisou frequentar um curso de mais de 1000 horas para conseguir essa formação¹⁸.

Já Oneide Patrício realizou em Umuarama a formação em Licenciatura Curta em Letras, no mesmo formato do curso realizado por José. Durante o tempo que ela fazia esse

¹⁶ Enquanto José permaneceu até o final de 1981, o curso prosseguiu por mais alguns anos, até mesmo havendo a expansão para a obtenção de habilitação em Matemática, Química, Física e Biologia. Porém, em 1988 foi realizado o último concurso vestibular para o ingresso de alunos no curso de licenciatura de curta duração Ciências (DOCUMENTA, 1985).

¹⁷ Havia também o curso de Esquema I, que habilitava professores para os cursos técnicos, de forma que ele era ofertado para aqueles que já tivessem concluído um curso superior na área do curso técnico. Assim, era necessário frequentar apenas as disciplinas pedagógicas, cumprindo uma carga-horária de 600 horas.

¹⁸ Destacamos que o Esquema I e II também se tratavam de políticas emergenciais de formação de professores, uma vez que com a aprovação da Lei 5.692/71 era necessária uma formação em nível superior para os professores dos cursos técnicos, porém não apenas na área específica do curso técnico, mas também possuir uma formação pedagógica. Para mais informações veja Machado (2008).

estudo já lecionava Matemática, Português e outras disciplinas em São José do Itavó, uma vez que possuía uma formação anterior: o Logos II, cursado no final da década de 1970.

O Logos II tratava-se de um curso de curta duração, em nível de magistério, para legalizar a situação dos professores que já lecionavam nas primeiras séries do primeiro grau. Dessa forma, era ofertado apenas para quem já lecionava e não tinha a formação mínima. Oneide fez esse curso na sede do município de São Miguel do Iguazu junto com alunos que tinham os mais diferentes níveis de estudo: primeiras séries do primeiro grau incompletas, aprovados no Exame de Admissão ou com o ensino de primeiro completo, como era o caso dela.

No Logos II, Oneide teve um estudo diversificado, que compreendia tanto as disciplinas do segundo grau, como as disciplinas de formação pedagógica, além do Estágio Supervisionado que era realizado na turma que o aluno-professor lecionava (ANDRÉ; CANDAU, 1984; OLIVEIRA, 2010).

Essa formação foi ofertada pelo Governo Federal em alguns estados brasileiros (Paraná, Piauí, Paraíba, Roraima e Rondônia), em conjunto com as os Governos Estaduais e Municipais. Eram cursos realizados em um período de 28 a 30 meses, nos quais os alunos tinham que seguir módulos instrucionais, avaliações no decorrer do processo e sessões de microensino, ou seja,

As sessões de microensino envolvem grupos de 5 a 12 cursistas para o treinamento de cinco habilidades: “fazer perguntas”, “dar exemplos”, “aumentar a participação”, “variar a situação-estímulo” e “reforçar a aprendizagem”. Nessas sessões cada cursista observa e avalia as microaulas dos colegas, bem como apresenta a sua microaula que, por sua vez, é observada e avaliada pelo grupo. Quando o cursista não alcança o critério mínimo de desempenho, a habilidade é replanejada e apresentada novamente como reensino (ANDRÉ; CANDAU, 1984, p. 23).

Com essa formação Oneide estava apta para lecionar nas séries iniciais no ensino de primeiro grau. Porém, em virtude da falta de professores em São José do Itavó, ela começou a ensinar de quinta à oitava série na Escola Estadual Tiradentes nas mais diversas disciplinas, uma vez que possuía uma formação ampla com o Logos II. Dessa forma, no início da década de 1980, Oneide lecionou Matemática. Porém, decidiu fazer a licenciatura curta em Português em Umuarama, visto que a falta de profissional dessa disciplina era acentuada e se tratava de algo que gostava de ensinar. Após concluir a licenciatura curta ela continuou os seus estudos cursando a Licenciatura Plena em Letras, novamente em um

“curso vago”, porém em outra universidade e em outro município: a Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE) de Presidente Prudente (SP).

A busca de formação em Presidente Prudente foi muito comum entre os moradores de Itaipulândia, a partir de meados da década de 1980 até o final da década de 1990, mesmo sendo uma cidade localizada a 564 quilômetros de distância, pois a UNOESTE tinha bons preços e seus cursos eram realizados nos finais de semana. Mesmo sendo alvo de muitas denúncias por causa desses cursos, a Universidade prosseguia com suas atividades sem maiores problemas.

Outros professores que ensinaram Matemática também procuraram formação em Presidente Prudente: Nelson Domingues cursou a licenciatura curta em Ciências com habilitação em Matemática na década de 1990 e Lotário Knob frequentou o curso de Direito junto à Faculdade de Direito de Presidente Prudente no final da década de 1980, porém não chegou a concluir o seu curso.

Nelson Domingues começou a lecionar Matemática em Aparecidinha do Oeste em 1989 e em São José do Itavó em 1990. Porém, sua formação inicial foi feita em um Seminário Maior em Ponta Grossa (PR), em Filosofia, o que não possibilitava legalmente que ele lecionasse Matemática e nem mesmo Filosofia, uma vez que não era um curso de licenciatura. Após realizar a validação das disciplinas de Filosofia Pura na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) de Toledo no final da década de 1980 e cursar a licenciatura em Filosofia junto à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas (PR) no início da década de 1990, Nelson continuou lecionando Matemática, pois havia falta de professores dessa disciplina. Somente alguns anos depois que ele realizou sua formação em Matemática em Presidente Prudente.

Já Lotário Knob percorreu quase os mesmos caminhos. Além de Presidente Prudente, começou a fazer o curso de Ciências com habilitação em Matemática em Palmas (PR), nas Faculdades Reunidas de Palmas (PR), porém não completou-o. Lotário buscou essa formação, pois havia começado a lecionar Matemática em Aparecidinha do Oeste e em São José do Itavó a partir de 1985 e trabalhou com a disciplina por três anos.

Lotário foi um dos poucos casos de professor que chegou com formação superior para ensinar em Itaipulândia, pois já havia se formado em Filosofia na Universidade de Passo Fundo. Além disso, em Palmas (PR), em meados da década de 1980, cursou uma Pós-Graduação em História das Américas, sendo, provavelmente, o primeiro professor de

Itaipulândia a ter uma especialização. Porém, em virtude do acúmulo de cargos (foi diretor do Colégio Estadual Costa e Silva de Aparecidinha do Oeste em 1986 e 1987 e o primeiro prefeito de Itaipulândia de 1993 a 1996), Lotário continuou apenas com a sua formação em Filosofia e em História e não lecionou Matemática novamente.

A única entrevistada que realizou os seus estudos em uma universidade da região foi Cecília Moretto, que em 1985 concluiu a sua graduação em Licenciatura em Ciências com Habilitação em Matemática, realizada junto à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cascavel (FECIVEL), que no ano seguinte passou a fazer parte da UNIOESTE. Dentre os depoentes-colaboradores, esse foi o único curso frequentado diariamente, uma vez que Cecília residia em Medianeira e conseguia se deslocar para frequentar as aulas.

A formação de Cecília foi muito ampla e assim que se formou já foi recomendada para trabalhar em Aparecidinha do Oeste. Assim, desde 1986, Cecília leciona Matemática no Colégio Estadual Costa e Silva.

3. Uma breve conclusão

A História Oral nos possibilitou diversas possibilidades de análise e apenas algumas delas elencamos aqui. A partir das entrevistas realizadas e da elaboração de fontes documentais baseadas nelas, foi possível determinar algumas categorias de análise que aqui foram discutidas.

O professor de Matemática de Itaipulândia sempre teve que ser encontrado as pressas, entre algumas poucas opções existentes. Assim, a formação dele era mínima, mas era que abrangia as necessidades das escolas. Por isso, muitos professores começaram a lecionar Matemática apenas com uma formação em nível de segundo grau ou até mesmo com uma formação inferior para lecionar nas primeiras séries do ensino de primeiro grau.

Já a formação superior foi buscada com muita dificuldade, em cidades distantes e em cursos que nem sempre seguiam o formato “ideal” ou o correto dentro das leis, mas era o que se conseguia encontrar e mais do que o necessário para ensinar Matemática para todas as séries das escolas de Itaipulândia. Assim, a opção pelos cursos nos períodos de férias ou de “finais de semana” era o que alguém que morava a centena de quilômetros da universidade e que precisava lecionar conseguia fazer.

Dessa forma, essa jornada nos faz pensar nas transformações relativas à formação do professor de Matemática que ocorreram no decorrer dos anos. A situação mudou muito e agora a formação pode ser realizada na cidade vizinha ou até mesmo em Itaipulândia (já existem cursos à distância em Itaipulândia). O professor hoje tem todo apoio, mas já foi o tempo que isso era diferente. Contudo, não devemos esquecer como isso aconteceu, pois essa uma maneira de entendermos a situação atual em que a educação em Itaipulândia se encontra.

Referências

ANDRE, M. E. D. A.; CANDAU, V. M. O projeto Logos II e sua atuação junto aos professores leigos do Piauí: um estudo avaliativo. **Caderno Pesquisa**, São Paulo, nº 50, p. 22-28, ago. 1984.

CURI, E. **Formação de professores de Matemática: realidade presente e perspectivas futuras**. 2000. 179 p. Dissertação (Mestrado em Ensino de Matemática), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo (SP), 2000.

DOCUMENTA. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Educação, v. 111, fev./1970.

_____. Brasília: Conselho Federal de Educação, v. 219, fev./1979.

_____. Brasília: Conselho Federal de Educação, v. 300, dez./1985.

GARNICA, A. V. M.. Um ensaio sobre História Oral: considerações teórico metodológicas e possibilidades de pesquisa em Educação Matemática. **Revista Quadrante**, Lisboa, v. 16, n. 2, p. 27-49, 2º semestre. 2007.

_____; SILVA, H da; FERNANDES, D. N. História Oral: pensando uma metodologia para a Educação Matemática. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ENSINO DE MATEMÁTICA, n. 5, 2010, Canoas (RS). **Anais...** Canoas: ULBRA, 2010.

GERMANI, G. I.. **Expropriados terra e água: o conflito de Itaipu**. Salvador/BA: Editora ULBRA, 2003.

MACHADO, L. Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional. **Revista Brasileira de EPT**, Brasília (DF), v. 1, n. 1, p. 8-22, jun. 2008.

MARTINS-SALANDIM, M. E.. **A Interiorização dos Cursos de Matemática no Estado de São Paulo**: Um exame da década de 1960. 379 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (SP), 2012.

MAZZAROLLO, J.. **A taipa da injustiça**: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

OLIVEIRA, S. C. B. de. **A formação dos professores em Guaraniaçu: a capacitação em serviço, o Logos I, Logos II e HAPRONT**. 2010. 85 f. Monografia (Especialização em História da Educação Brasileira) – Colegiado de Pedagogia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2010.

SCARPATO, R. BÖHM, I. B. **Itaipulândia**: seu povo, sua origem, sua história. Itaipulândia: Gráfica Assoeste e Editora Ltda, 2006.

TOILLIER, J. S.. **A Formação do Professor (de Matemática) em Terras Paranaenses Inundadas**. 285 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (SP), 2013.